

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Historiografia Brasileira e Manoel Bomfim: do “Brasil Heróico”
à “Revolução Brasileira”**

Alex Alvarez Silva*

Resumo: O presente texto tem por objetivo levantar algumas questões a respeito da produção historiográfica de Manoel Bomfim (1868-1932), procurando destacar a ressignificação do passado brasileiro em sua narrativa histórica e suas proximidades e contrastes com o pensamento social brasileiro produzido no início do século XX. Para analisar sua obra, partimos das perspectivas abertas pelos conceitos de “tessitura de intriga” e “tempo histórico”, presentes nas reflexões de Paul Ricoeur e Reinhart Koselleck.

Palavras-chave: Bomfim, Manoel – Historiografia Brasileira – Narrativa Historiográfica.

Abstract: The objective of the text is to point some questions about the historiographic production of Manoel Bomfim (1868-1932), trying to observe the re-signification of Brazilian past in his historical narrative and its similarities and contrasts with Brazilian social thought produced in the earlier XX century. Our perspective was opened by the concepts of “intrigue tessiture” and “historical time”, from the considerations of Paul Ricoeur and Reinhart Koselleck.

Keywords: Bomfim, Manoel – Brazilian Historiography – Historiographic Narrative.

Manoel José Bomfim nasceu em Aracaju, Sergipe, e se formou em medicina na Bahia. Dedicou-se à atividade docente, foi diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, diretor de Instrução Pública do Distrito Federal e deputado federal por Sergipe. Viajou para a Europa a fim de estudar psicologia e pedagogia e em Paris redigiu seu primeiro livro, *A América Latina: males de origem*, publicado em 1905. Nos anos seguintes, Bomfim direcionou sua produção intelectual para as áreas de psicologia e pedagogia. No final de sua vida retomou sua análise da formação histórica da sociedade brasileira, redigindo sua “trilogia” sobre o Brasil: *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (1931). Quando morreu em 1932 havia produzido, além dessas e outras obras, artigos para jornais e revistas, e também livros didáticos para escolas primárias.

* Licenciado e Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), atualmente mestrando em História pela mesma instituição, com financiamento da CAPES.

Diferentes autores procuraram caracterizar a produção histórico-sociológica brasileira no período que se estende do final do século XIX até aproximadamente a década de 1930, destacando os traços que permitiriam a identificação de um paradigma do pensamento social brasileiro dessa época. Vários intelectuais, nesse período, procuraram analisar, a partir de uma perspectiva “científica” a sociedade brasileira e sua formação histórica. A partir de teses evolucionistas sobre o desenvolvimento das diferentes sociedades humanas, e das categorias “raça” e “meio”, os intelectuais brasileiros do início do século XX reinterpretaram a história brasileira, procurando identificar as características essenciais de nossa sociedade. O espaço temporal dessa produção intelectual é normalmente delimitado pela publicação e influência das obras de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha até as publicações das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.. Além disso, as décadas de 1930/1940 marcam, no Brasil, a institucionalização dos cursos de história, sociologia e filosofia, dando início a uma formação diferenciada dos intelectuais brasileiros (SKIDMORE, 1976; ORTIZ, 1986; IANNI, 1994 e 2004; COSTA E SILVA, 2000).

Nosso objeto de análise é a narrativa historiográfica de Manoel Bomfim presente em sua trilogia sobre o Brasil. A escolha dessa trilogia como objeto de pesquisa partiu da nossa hipótese de que ela representaria o momento em que Bomfim procurou sintetizar a história brasileira, discutindo seus significados para o presente e assumindo um posicionamento historiográfico. Ao realizar essa síntese, Bomfim selecionou e reuniu diferentes elementos da história brasileira em uma única narrativa, atribuindo-lhes novos sentidos e significados.

Para Paul Ricoeur (1994), toda narrativa histórica representa um processo de reconfiguração da experiência temporal humana, atribuindo a esta novos significados. Cada narrativa é elaborada a partir de uma experiência temporal prévia, articulada no discurso narrativo. Nesse discurso, a vivência temporal é configurada em um sentido que atribui novos significados à experiência vivida. Toda narrativa histórica vem de uma vivência temporal específica, localizada em um autor, em um tempo e um espaço. Ao mesmo tempo, sua capacidade de dialogar com outras vivências temporais é indicativa sobre o tempo vivido que lhe deu origem, bem como sobre os significados que podiam então ser atribuídos ao passado.

Reinhart Koselleck (1993) também ressalta a importância da narrativa histórica para a compreensão da vivência temporal de uma época, de seu “tempo histórico”. De acordo com o autor, cada época, em seu presente, se vê na necessidade de articular seu “campo de experiência” e seu “horizonte de espera”. A narrativa histórica seria a esfera dedicada a essa

articulação, avaliando os significados do passado tendo em vista a projeção do futuro. Mais do que nos informar sobre sua visão do passado, a narrativa histórica de uma época nos informa também sobre esta sua auto-localização – em que medida uma época se considera herdeira ou inovadora com relação ao passado, que esperanças e temores são sentidos em uma época quanto a seu futuro. Os significados são atribuídos ao passado por um presente e um autor específicos, de acordo com suas vivências atuais e suas expectativas quanto ao futuro.

Considerando essas perspectivas, estabelecemos como objetivo de nosso trabalho uma reflexão a respeito dos significados atribuídos por Bomfim ao passado brasileiro, relacionando-os ao contexto intelectual de sua época. Não será possível sintetizar a narrativa historiográfica presente na trilogia de Manoel Bomfim sobre o Brasil. Ao invés disso, abordaremos sua obra apenas pontualmente, analisando sua ressignificação do passado brasileiro.

A narrativa histórica de Manoel Bomfim sobre o Brasil, em seu conjunto, tem um propósito claro: inspirar a ação patriótica no presente em que vivia. Bomfim denuncia, em sua obra, a responsabilidade das elites políticas para os “males” do país: atraso econômico e industrial, as péssimas condições de vida da população, a falta de instrução popular, o papel subalterno do Brasil diante das grandes potências. Enquanto vários outros intelectuais de sua época identificavam a origem desses problemas no “caráter” da população brasileira, em sua miscigenação e até mesmo nas condições geográficas do país,¹ Bomfim analisa criticamente o papel das elites brasileiras no presente e na construção histórica do país no passado.

Bomfim caracteriza a formação da sociedade brasileira em uma “Idade de Ouro” do Brasil, heróica, que deveria servir de inspiração para o presente. Não é de se estranhar, por esse ponto de vista, os elogios que faz do “português heróico” que deu início à sociedade colonial brasileira – contanto que ele seja caracterizado de maneira diferente do “português degradado”, que será o posterior opressor do Brasil (BOMFIM, 1997). A questão do “caráter” dos povos responsáveis pela formação do povo brasileiro se encontra presente em todas as análises histórico-sociológicas do Brasil no período, continuando ainda em autores posteriores (LEITE, 1976/1983). Manoel Bomfim nos parece original ao ter estabelecido dois momentos distintos na caracterização dos portugueses no Brasil: em um primeiro avaliando positivamente sua contribuição para a formação da sociedade brasileira, mas sem defender a atuação dos portugueses por todo o período colonial; e em um segundo criticando o modelo

¹ Cf. VIANNA, 1933; ARINOS, 1936; RODRIGUES, 1939; CUNHA, 1973; ORTIZ, 1985; COSTA E SILVA, 2000.

de exploração colonial praticado pelos portugueses, mas sem ver na colonização portuguesa um “mal de origem” insuperável.

É o resultado da mistura entre os “portugueses heróicos” e os índios, que forma, para Bomfim, a primeira sociedade brasileira, dando início à “Idade Heróica” do Brasil em que nossa nacionalidade teria se constituído. Esse talvez seja o ponto da obra de Bomfim em que ele é mais condescendente com a ação dos portugueses no Brasil, “perdoando” a escravização dos índios como um mau costume da época e relativizando seu extermínio (BOMFIM, 1997). É de se perguntar se Bomfim talvez não estivesse evitando denegrir esse “primeiro Brasil” formado no início da colonização, livrando-o de uma violência que poderia ser interpretada como essencial nessa nacionalidade que pretendia resgatar.

Bomfim critica duramente as teorias raciais da época, utilizando-se de sua formação médica para desmontar a teoria então difundida de que a miscigenação produziria “tipos instáveis”.² Além disso, denuncia a inexistência histórica de povos racialmente “puros”. Mas sua posição final com relação à questão migra para outro eixo argumentativo: “temos de aceitar o Brasil qual ele é” (BOMFIM, 1997:183). Apesar de Bomfim considerar importante denunciar a impropriedade científica das teorias raciais, ele também considera importante avaliar a sociedade brasileira positivamente, sem denegrir sua população. Talvez Bomfim tenha diminuído a importância dos negros na história brasileira pelo mal da escravidão, que não poderia fazer parte da nacionalidade essencial brasileira. Nossa opinião é a de que esse aspecto da obra de Bomfim ressalta a característica ambígua de seu pensamento apontada por Flora Sussekind e Roberto Ventura (1984): por um lado ele era inovador, denunciando o racismo da sociologia brasileira da época e desejando caracterizar positivamente a população brasileira; mas por outro não teria conseguido romper de maneira mais radical com as categorias conceituais de sua época, dando ainda importância, talvez mais do que reconhecesse, à caracterização racial da nacionalidade brasileira.

A própria concepção de “nacionalidade” em sua obra reforça um pouco essa ambigüidade de seu pensamento. Em diferentes momentos da trilogia, a “nacionalidade” – ainda que uma característica essencial – é algo que se define como uma diferenciação de “tradições” sociais. Esses brasileiros teriam definido sua nacionalidade primeiramente na luta contra os “estrangeiros” e depois no antagonismo com os portugueses. A impressão que a trilogia de Bomfim nos deixa é a de que o contato com o estrangeiro é o “fermento” necessário para o desenvolvimento de uma nacionalidade já realizada. Daí o caráter duplo da “Idade Heróica” do Brasil: os elementos essenciais da nacionalidade já se encontravam

² Cf. RODRIGUES, 1939; CUNHA, 1973; ORTIZ, 1985

reunidos, mas só teriam se expressado em uma tradição que lhe é própria nas lutas contra os estrangeiros. Por isso, na obra de Bomfim, a “nacionalidade” e a “tradição” são apresentadas em um duplo caráter, sendo ora essências características indelévels, e ora diferenciações culturais em transformação. Essa duplicidade permite a Bomfim estender no tempo histórico as características essenciais da nacionalidade brasileira. Elas já existiam mesmo antes de suas primeiras manifestações, nas quais ela se realizou, e não podem ser apagadas. A “diferenciação”, posteriormente, pode ter sido “turbada”, mas a essência da tradição brasileira teria permanecido preservada, podendo ser resgatada várias vezes ao longo da história, mesmo no presente ou no futuro.

Bomfim desenvolveu também uma crítica historiográfica ao que considerava uma “história oficial” elaborada por Varnhagen e repetida por outros historiadores, sendo particularmente crítico ao que considera o excesso de “objetivismo” por parte dos historiadores brasileiros. Para ele, a história não poderia ser um conhecimento alheio às paixões do historiador. A história, ao invés disso, deveria ser interpretativa e inspiradora. Bomfim chega a ser radical em alguns momentos, considerando “deturpado” todo o conhecimento histórico (BOMFIM, 1930). Perguntamo-nos, então, qual a validade que Bomfim atribuía a sua interpretação histórica do Brasil: sua narrativa sobre a nacionalidade brasileira deveria ser lida como uma interpretação objetiva da história do Brasil, ou sua proposta era a de elaborar um “mito inspirador” sobre a nação brasileira? Concordamos com Bomfim a respeito da parcialidade, sempre presente, no conhecimento histórico, mas deve o historiador conscientemente “deturpar” a história a favor da ação política, ou essa concessão não seria temerária?

Bomfim opõe à “história oficial” do Brasil, escrita de acordo com os interesses conservadores das elites, a “verdadeira história do Brasil”, que ainda precisaria ser escrita, valorizando a tradição nacional e a importância do Brasil na história mundial (BOMFIM, 1930). São méritos de Bomfim que não lhe podem ser negados, o de questionar as interpretações conservadoras da história brasileira e o de refletir sobre a inserção da história do Brasil na história mundial – ponto no qual nos parece ser surpreendentemente inovador. Mas, será que ele não era capaz de perceber a contradição entre sua concepção de história, acima mencionada, e as duas categorias em que divide o conhecimento histórico brasileiro? O que tornaria sua narrativa histórica mais verdadeira do que as demais? Ao mesmo tempo em que reconhecia a necessária parcialidade do conhecimento histórico, não poderia apresentar sua narrativa histórica como “uma” interpretação possível do passado brasileiro, mas a mais

verdadeira. Ela tinha de ser a mais verdadeira para ser reconhecida e aceita, para que pudesse ser debatida como conhecimento objetivo, e não como mito.

Com as idéias de “infecção” e “deturpação” da nacionalidade brasileira, Bomfim complementa a articulação narrativa que estabelece a essência de nossa nacionalidade. Todos os males da vida política brasileira permanecem, em sua narrativa, exteriores à tradição nacional. Esta é eternizada por Bomfim ao longo da história, reagindo sempre que possível aos diferentes ataques que sofreu, mas sempre inspirada pelos mesmos ideais patrióticos. Olhando para história brasileira, tal como apresentada por Bomfim, têm-se a impressão de que, sem o artifício narrativo de uma essencialidade que se mantêm inabalável, a vida política brasileira seria desalentadora: as revoltas populares progressivamente diminuem e seus líderes são executados, as elites políticas aperfeiçoam sua habilidade de se manter no poder, os ideais libertadores vão esmorecendo e a estrutura política torna-se cada vez mais conservadora. Diante desse quadro, sua obra parece inspirar o ceticismo. Todas as revoluções ficaram inconclusas, todas as rebeliões foram massacradas e todos os heróis foram mártires. Qual o destino de uma nacionalidade que assim se manifesta? A narrativa histórica de Bomfim apresenta a interpretação da história brasileira pelo lado dos revolucionários derrotados – o que talvez seja o maior mérito do autor, mas que não inspira, necessariamente, à mobilização política pela mudança.

Após analisar o que considera terem sido as quatro revoluções nacionais brasileiras – Independência em 1822, Abdicação em 1831, Abolição em 1888 e a República em 1889 – Bomfim conclui que todas foram incompletas, poupando as estruturas e as elites políticas (BOMFIM, 1996). Wilson Martins (1996), em seu prefácio a *O Brasil Nação*, chama Manoel Bomfim de “profeta da quinta revolução”. De fato, as possibilidades que Bomfim aponta para a realização da definitiva revolução brasileira se assemelham a uma profecia. Bomfim era cético com relação aos movimentos políticos de sua época e acreditava que o Brasil não dispunha ainda de um espírito revolucionário, sendo necessária a conscientização do povo dos direitos que historicamente lhe vinham sendo negados. A “quinta revolução”, portanto, é projetada pelo próprio Bomfim para um futuro incerto: ele se refere a uma elite intelectual disposta a instruir a população para a vida política – mas não esclarece quem seriam esses intelectuais.

Feitas essas considerações, nossa opinião é a de que a maior originalidade da narrativa histórica de Manoel Bomfim talvez esteja na própria ambigüidade que muitas vezes ela apresenta. Bomfim não foi, de fato, o primeiro historiador a rever a “historiografia oficial” produzida pelo Império, mas participa da mesma corrente crítica da qual Capistrano de Abreu

também é representante.³ Isso não significa nenhum demérito para o autor, mas também não o coloca como um “revolucionário” cujas teses polêmicas teriam sido deliberadamente silenciadas. O maior mérito de Bomfim talvez esteja no diálogo que procurou estabelecer entre as duas correntes historiográficas, por uma perspectiva colocando-se ao lado da população brasileira e contra as elites políticas, e, por outra, preocupado em contra-argumentar com as teorias sociais conservadoras de sua época, o que talvez o tenha levado a utilizar, mais do que o reconhecia, das categorias conceituais que procurava combater. Acreditamos, por fim, que uma análise mais extensa de sua obra, confrontada com o pensamento nacionalista autoritário⁴ de sua época, possa ser um caminho para revelar novas nuances em seu pensamento, tornando mais clara sua posição intelectual, e contribuindo para uma melhor compreensão do pensamento social brasileiro do início do século XX.

Referências bibliográficas:

- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ARINOS, Affonso. **Conceito de Civilização Brasileira**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1936. (Brasiliana, Série 5, vol. 70)
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem* [1ª. Ed. 1905]. In: SANTIAGO, Silviano (org.). **Intérpretes do Brasil**. 2ª. Ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. (1ª. Ed. 1929)
- BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.
- BOMFIM, Manoel. **O Brasil Nação**: realidade da soberania brasileira. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: 1986, Topbooks, 1996. (1ª. Ed. 1931)
- COSTA E SILVA, Alberto da. *Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil*. In MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Três, 1973.

³ Cf. REIS, 1999 e 2006; IGLÉSIAS, 2000.

⁴ Cf. FAUSTO, 2001.

- FAUSTO, Boris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**: (1920-1940). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- IANNI, Octavio. **A Idéia de Brasil Moderno**. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- IGLÉSIAS, Francisco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Pasado: para una semántica de los tiempos históricos**. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1993.
- LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**: história de uma ideologia. Ed. São Paulo: Pioneira, 1976 (3ª ed.) e 1983 (4ª ed.).
- MARTINS, Wilson. *Profeta da quinta Revolução*. In: BOMFIM, Manoel. **O Brasil Nação**: realidade da soberania brasileira. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: 1986, Topbooks, 1996.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense: 1985.
- REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2**: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994.
- RODRIGUES, Nina. **As Coletividades Anormais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. **História e Dependência**: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Moderna, 1984.
- VIANNA, Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. 2ª. Ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933. (Brasiliana, série V, vol. X.)